



CADERNO AUTÁRQUICO 2017 - 2021

Dedicação e Liderança nas Causas

SUMÁRIO EXECUTIVO

A capacidade dos autarcas da Juventude Social Democrata marcarem a diferença nas assembleias e executivos a que pertencem é tanto mais forte quanto maior for o empenho na defesa de bandeiras que melhoram a vida das comunidades e das novas gerações.

O Caderno Autárquico 2017 – 2021: Dedicção e Liderança nas Causas é um documento elaborado pela JSD Distrital de Lisboa que visa apresentar as principais causas pelas quais a JSD se deve bater nos órgãos autárquicos do Distrito de Lisboa.

Para a construção deste documento, foi da maior relevância o feedback e os contributos recebidos das Comissões Políticas das 10 Concelhias do Distrito de Lisboa, no âmbito da Missão 2017: Volta às Concelhias, na qual, o Presidente da JSD Distrital de Lisboa, Alexandre Poço, e o Coordenador Autárquico Distrital, Frederico Nunes, reuniram com todas as estruturas concelhias para debater os principais problemas e desafios de cada um dos concelhos. As reuniões realizaram-se nas seguintes datas:

Azambuja
15 de Novembro



Amadora
29 de Novembro



Vila Franca de Xira
28 de Fevereiro



Odivelas
8 de Maio



Lisboa
15 de Maio



Loures
23 de Novembro



Oeiras
12 de Dezembro



Sintra
4 de Abril



Mafra
11 de Maio



Cascais
17 de Maio





Dedicação e Liderança nas Causas

Com o resultado das eleições autárquicas do passado dia 1 de Outubro de 2017 e com a instalação dos órgãos municipais e de freguesia em todos os 10 concelhos, a JSD conta com 30 autarcas na área política da Lisboa AM. Ao todo, são 5 deputados municipais e 25 autarcas de freguesia, de Assembleia ou de Executivo. São estes 30 companheiros que irão representar a JSD nas bancadas e executivos do PSD ao longo dos próximos 4 anos.

Felicitos todos e faço votos para que enalteçam a Juventude Social Democrata com a vossa Dedicação ao trabalho em prol das comunidades que nos elegeram, e que Liderem na defesa de causas que contribuam para o desenvolvimento e bem-estar das nossas populações.

Ser um autarca jovem, ser um autarca da JSD é um orgulho e uma honra, mas também uma responsabilidade: a de refrescar o sistema político e os órgãos das autarquias locais com novas ideias, novas formas de pensar e novas soluções para problemas mais antigos ou mais recentes. É garantir que a juventude tem voz nos órgãos de decisão política e que essa voz tem impacto nos desafios dos dias de hoje.

Da parte da Comissão Política Distrital, estaremos sempre disponíveis para colaborar, articular posições e promover o trabalho dos autarcas entre pares, dando visibilidade ao trabalho efetuado. Este será o princípio

que guiará a nossa ação.

Neste documento, a JSD Distrital de Lisboa sinaliza e identifica eixos que entendemos como fundamentais na ação dos autarcas da JSD. O Distrito é vasto e cada concelho – e cada Freguesia – é caracterizado por características próprias que, em cada momento, justificam a ação dos nossos representantes em determinados assuntos de maior índole local.

Porém, essa realidade não nos deve fazer recuar na ambição e na crença de que existem áreas comuns em todos os Concelhos e que constituem, efetivamente, causas pelas quais a JSD se deve bater porque são assuntos transversais a todo o Jovem, da Azambuja a Mafra, de Cascais a Lisboa, de Sintra a Oeiras, de Loures a Vila Franca de Xira, da Amadora a Odivelas. São questões e desafios verdadeiramente metropolitanos.

Acreditamos que este documento poderá ser útil aos autarcas da JSD ao longo de todo o mandato autárquico 2017-2021. Enquanto Presidente da JSD Distrital de Lisboa, faço votos que todos usem este documento, da forma que for mais útil para a sua comunidade e espero sinceramente que tenham um excelente mandato. As nossas comunidades assim o merecem!

Alexandre Poço

Presidente da JSD Distrital de Lisboa



Como ganhar uma Câmara em 5 passos

Quando se fala de eleições, quase tudo gira à volta dos nomes. Quem são os candidatos a quê, quando e onde. Quem é o mais bem colocado. Quem tem melhor imagem ou melhor imprensa. Esqueçam: é a discussão errada. Como responsável por processos de coordenação autárquica distritais e como alguém que teve o privilégio de correr o país, de norte a sul, para preparar umas eleições, aprendi algumas coisas sobre o assunto.

Como é que a JSD pode contribuir para as vitórias em eleições autárquicas? Cinco passos para esse objetivo.

Primeira lição: as eleições não se ganham em seis meses de campanha. Seis meses podem ser decisivos para acentuar a tendência. Mas ganhar autárquicas implica começar um trabalho com vários anos de antecedência. Visitando clubes e associações. Conquistando associações de estudantes. Tomando partido e posições. Aparecendo nos sítios. Estando ao lado das populações. A Jota terá sempre um papel fundamental nisso.

Segunda lição: alargar a base política. O PSD precisa, e muito, que os jotas alarguem a base eleitoral. Isso significa que a Jota tem de trazer para o debate os temas que os partidos não querem ou não sabem abordar. Os desafios da qualificação, da inovação e do empreendedorismo; o impacto das novas tecnologias no mercado de trabalho e na nossa vida coletiva; a emancipação jovem; a garantia de participação política; a

constituição de um Estado que não reserve direitos adquiridos para uns à custa de direitos subtraídos a outros.

Terceira lição: sem formação não há condição. A Jota é uma peça essencial no combate autárquico. Mas é preciso acrescentar formação política à formação profissional e académica dos jotas. Esse trabalho exige tempo. A nossa geração é, para além da mais europeia e mais democrata, também a mais bem preparada para lidar com os desafios que o país enfrenta. Precisa de colocar esse saber ao serviço das comunidades que serve.

Quarta lição: renovação sim, mais do mesmo não. Por todo o mundo os eleitores estão a votar no que é novo. Emmanuel Macron chegou a presidente de França. Inês Arrimadas ganhou as eleições na Catalunha. Justin Trudeau é primeiro –ministro do Canadá. A política precisa de renovação. O eleitorado exige-a. É nosso dever oferecer a renovação.

Quinta lição: não começar a discussão pelos nomes. Quando o debate é sobre o candidato A ou B, todas as ideias e projetos para os municípios são secundarizadas. E, caso a opção final não seja entre o A ou o B, o candidato que aparecer levará sempre com o carimbo da segunda escolha.

Ah, faltam-me uma última questão. Uma espécie de pergunta de segurança. Façam a vocês próprios uma pergunta simples. “O que é que eu posso fazer pela minha cidade?”.

Obriguem todos à vossa volta, os que querem lugares, a responder à pergunta: “O que é que vocês podem fazer pela minha cidade?”

E no fim do dia, não será tão simples como estes cinco passos. Mas ganhar eleições cumprindo-os será um objetivo muito mais próximo.

Frederico Nunes

Coordenador Autárquico da JSD Distrital de Lisboa

EDUCAÇÃO

A JSD deve olhar para a Educação como um fator fundamental para promover a igualdade de oportunidades, fortalecer a cultura e os valores de cidadania, assegurar o desenvolvimento e a coesão social, pelo que se torna necessário colocar a escola ao serviço de todos os alunos e das suas famílias e criar as condições para a promoção de um ensino de qualidade e o sucesso educativo.

Na Educação, precisamos de um Estado que cumpra o dever indeclinável de garantir o fornecimento de serviços públicos de excelência, num quadro de progressiva liberdade de escolha pelos cidadãos e de salutar complementaridade entre os vários prestadores desses serviços, assegurando-se que nenhuma criança ou jovem deixe de aceder a serviços de qualidade por carência de recursos económicos.

A descentralização, a autonomia e a gestão da Escola são temas fundamentais aos quais relacionamos o binómio Escola-Sociedade, nomeadamente na participação de professores, pais, alunos, agentes locais, autarquias e tecido empresarial e social nos assuntos educativos. Esta deverá ser uma opção de futuro para um sistema educativo de Excelência e JSD deve bater-se pelo reforço das competências e meios das autarquias locais na gestão das escolas e na definição dos projetos educativos.

Na Educação, a JSD deve defender as seguintes causas nos órgãos autárquicos:

<p>Introduzir a gratuidade do ensino pré-escolar a partir dos 2 anos, com o horizonte de evoluir progressivamente, numa primeira fase até ao 1 ano e numa segunda fase, até ao término da licença parental.</p>	<p>Recurso a parcerias com instituições privadas e do sector social para aumentar o acesso progressivo, aproveitando as ofertas existentes para fortalecer a rede de Ensino Pré-Escolar.</p>	<p>Criação de um portal digital com o levantamento das instituições que providenciam Educação pré-escolar, de forma a auxiliar os pais na procura dos melhores locais para os seus filhos.</p>
<p>Promover a introdução nas escolas de uma avaliação de inglês com certificação atribuída pelo Cambridge School.</p>	<p>Defesa de Programas Municipais de Requalificação de Escolas, orientado para a reabilitação dos espaços existentes, oferecendo escolas de qualidade aos nossos jovens.</p>	<p>Lançar programas que permitam às escolas reforçar as estratégias de diversificação pedagógica e promover uma maior ligação da escola à comunidade.</p>

Descentralização de competências da empresa Parque Escolar, E.P.E, para as autarquias locais, para que sejam as instituições mais próximas do terreno e das necessidades de cada escola a definir quais os projetos de modernização, arranjo específico ou remodelação de infraestruturas escolares.

Instalação de Conselhos Municipais de Educação, enquanto órgão consultivo e de coordenação, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Lançar Planos Municipais de Erradicação do Abandono e de Combate ao Absentismo Escolar, em articulação com as Escolas, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e a Segurança Social e Programas Municipais de Promoção do Sucesso Escolar, especialmente dirigido às crianças em risco de insucesso.

Promover Programas Municipais de Empreendedorismo nas Escolas (do 1.º ciclo ao secundário).

Defender o fim progressivo dos manuais escolares em papel e passar para a sua versão eletrónica, disponibilizando tablet para o efeito.

Aproveitar espaços de estudo das bibliotecas, funcionando em horário noturno alargado em períodos de exames, para utilização dos estudantes.

Dar uma especial atenção e apoio ao investimento em medidas, programas e projetos capazes de combater o risco de insucesso escolar e a saída precoce dos alunos do sistema educativo e de assegurar o cumprimento dos doze anos de escolaridade obrigatória com êxito.

Criar base de dados, em parceria com os Agrupamentos de Escolas, que cruzem dados sobre o percurso escolar dos alunos como pautas de avaliação, medidas disciplinares, necessidade de acompanhamento educativo e psicológico, entre outros, de forma a serem utilizados por pedagogos e investigadores e assim poder intervir mais eficazmente.

Criar a figura do Provedor do Estudante, para cada ciclo de estudo, eleito pelos pares de entre os alunos de cada agrupamento, de forma a ser um intermediário entre os alunos e os órgãos autárquicos.

Apoiar a criação de estágios de curta duração entre as escolas profissionais e secundárias, com empresas sediadas nos concelhos, de forma a garantir uma formação prática mais completa.

Melhor alimentação nas escolas com menu elaborado por nutricionistas e participação dos municípios e/ou freguesias a fim de melhorar profundamente a qualidade.

Criar condições para que seja possível, junto dos órgãos competentes, reforçar a representatividade dos alunos nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas.

<p>Apoiar a implementação de métodos e de estratégias de ensino inovadores.</p>	<p>Transporte escolar gratuito às crianças, em idade pré-escolar e escolar.</p>	<p>Disponibilizar plataforma digitais para a reutilização e partilha de manuais escolares.</p>
<p>Atribuição de Pack Educação a todos os alunos – conta de Office 365 e espaço disponível na cloud.</p>	<p>Colocar as escolas ao serviço do tecido empresarial de cada Concelho, com interligação constante e benefícios mútuos.</p>	<p>Incluir, dentro das competências camarárias, programas de combate ao bullying e exclusão social nas escolas.</p>
<p>- Incluir programas de apoio à transição de ciclo nas redes de escolas do concelho, de forma a minimizar os efeitos negativos que uma transição acarreta.</p>	<p>Inclusão de formação de socorrismo no ensino secundário.</p>	

EMPREGO

O Emprego é um dos pilares da vida de um jovem quando inicia a sua transição para a vida adulta. Todos queremos uma sociedade onde o emprego e o potencial empreendedor de um jovem são o passaporte para a realização pessoal e para uma carreira de sucesso. Para cumprir este desiderato, é necessário construir um mercado justo e competitivo, que potencia a atração de investimento e criação de emprego para os jovens.

Portugal continua a ser, a par de Espanha, Itália e Grécia, um dos países com a taxa de desemprego jovem mais altas da União Europeia. A nossa ambição deverá ser construir um país em que os jovens têm reais oportunidades, em que encaram o futuro de forma semelhante a um jovem sueco, holandês ou alemão, sabendo que o sucesso será o resultado da sua iniciativa e do seu mérito, e não a fatores externos que, invariavelmente, fazem dos jovens portugueses os que têm menos oportunidades no mercado de trabalho ou menor probabilidade de gerar o seu emprego ou criar um negócio.

Acreditamos num mercado de trabalho onde o Estado central e local facilita e potencia, mas onde nunca bloqueia a iniciativa privada ou mérito de cada um. Acreditamos num mercado justo e competitivo, que potencia a atração de investimento e a criação de emprego. O país necessita de aproveitar a nova geração qualificada, temos de conseguir, enquanto sociedade, capacitar os jovens com potencial empreendedor,

com vontade de inovar e acrescentar valor. Mais empreendedorismo e mais inovação são sinónimos de mais empregabilidade, de maior desenvolvimento e de maior crescimento económico. As autarquias locais devem ser convocadas para este desafio, potenciando os jovens dos seus concelhos.

Em todos os concelhos do Distrito de Lisboa, levantámos a necessidade de atrair e potenciar a atividade económica. De fixar pessoas, particularmente os jovens. De desenvolver cidades atrativas para viver, investir e trabalhar.

No Emprego, a JSD deve defender as seguintes causas nos órgãos autárquicos:

Promover a captação de investimento nacional e internacional, fomentando a ligação com os centros de saber de cada município/cidade e potenciando a criação de um ecossistema económico que dinamize a criação de emprego de forma transversal.

Dinamizar Balcões de Apoio ao Empreendedor, dotando-os de meios e recursos para dinamizar os melhores projetos, a par da criação de linhas de apoio/plataformas online para instalação de novos negócios ou desenvolvimento de projetos empreendedores;

Retirar o máximo partido dos instrumentos de natureza fiscal ao dispor dos municípios, por forma a contribuir para que os objetivos de desenvolvimento de cada município o tornem o mais atrativo como pólo de criação de emprego e de riqueza;

Criar departamentos de Gestão de Talento no seio das estruturas municipais de atração de investimento, enfatizando o talento criado em cada município e atraindo talento nacional e internacional.

Promover programas de ação entre cada município e as Escolas Profissionais, de forma a que exista uma interligação entre a formação dos jovens neste tipo de oferta formativa, a realidade empresarial de cada município/cidade e a autarquia local.

Fomentar a eficácia da diplomacia económica de cada município, projetando ainda mais cada cidade da Área Metropolitana de Lisboa em termos internacionais, promovendo e exponenciando o seu potencial, num mundo aberto, cosmopolita e interconectado.

Promover a criação de geminações com cidades de outros países, em particular no continente Asiático, onde cidades com elevada densidade populacional e riqueza crescente podem significar mais oportunidades de investimento para cada município, promovendo também o desenvolvimento de estágios e intercâmbio de jovens entre as cidades geminadas.

Dinamizar Feiras e exposições regulares (anual ou semestral) com instituições de ensino superior e empresas para divulgação de ofertas de emprego e percursos de carreira, naquele que pode ser o primeiro contacto entre jovens e o mercado de trabalho.

Criar uma Plataforma Digital ao nível de cada concelho onde os Municípios podem colocar o seu CV e as empresas, através de uma parceria com a Câmara Municipal, podem ter acesso ao CV e à experiência profissional de cada cidadão, fomentando assim novas oportunidades de emprego.

Dinamizar e/ou consolidar as incubadoras de negócios como polos de criação e fixação de emprego.

Criar bolsas de estágios, através de parcerias entre as empresas de cada concelho e as Câmaras Municipais, de forma a privilegiar a inclusão profissional dos jovens.

HABITAÇÃO

A habitação é um problema central de Lisboa, transversal a todos os concelhos do Distrito. Não é apenas um problema do centro histórico, da Baixa lisboeta ou da cidade de Lisboa, é transversal a todo o distrito, afastando as novas gerações da emancipação e da construção de um projeto de vida autónomo.

É o derradeiro desafio da conquista da independência de um jovem: ter a primeira casa. Não nos podemos resignar com o facto dos jovens portugueses serem dos últimos a nível europeu a sair de casa dos pais. No nosso Distrito, este é um problema de proporções ainda maiores, devido ao elevado custo da habitação (seja arrendamento ou aquisição), configurando a região mais cara do país.

A JSD Distrital de Lisboa acredita que cada jovem deve poder viver e constituir família no local que entender, e por isso, não podemos deixar de nos pronunciar quando temos conhecimento de um cada vez maior número de jovens que se vê obrigado a mudar de concelho para conseguir ter acesso a habitação, a preços que consiga suportar.

Ao longo de todas as décadas foram diversos os motivos para todos os portugueses não terem um acesso condigno ao mercado imobiliário. As anteriores leis de arrendamento - pelo excesso de garantias concedidas aos arrendatários - fizeram com que os proprietários não tivessem

estímulo em arrendar, presentemente, os problemas são de outra ordem (custos associados ao arrendamento).

Os elevados custos associados à propriedade de um imóvel fazem com que as rendas sejam demasiado elevadas para o padrão salarial. Note-se que, segundo dados do Eurostat, as despesas com habitação representam o maior gasto no orçamento familiar. Além do IMI, das despesas inerentes à conservação do locado, do imposto de selo e do IMT (que já teve com a aquisição), o proprietário tem de liquidar o imposto sobre os frutos do arrendamento, cuja taxa liberatória se cifra nuns elevadíssimos 28,5%.

Acreditamos na boa vontade do programa Porta 65 para os jovens que cumprem os critérios para usufruir deste subsídio. No entanto, não só as atuais regras não são coerentes com as condições do mercado imobiliário, quer em tipologias quer em valores de renda máxima, mas também não são efetivamente apoiados todos os jovens que preenchem os seus critérios. Cerca de 60% dos candidatos preenchem os critérios para usufruir do Porta 65 e são excluídos por não haver orçamento.

A JSD, mais do que uma bonita opção ideológica, quer ter uma abordagem do problema de forma pragmática. Se a forma mais rápida e eficiente de solucionar o problema da habitação é do lado da oferta (senhorios), então é aí que devem surgir, preferencialmente, também os estímulos.

Na Habitação, a JSD deve defender as seguintes causas nos órgãos autárquicos:

Defesa da isenção de IMI e IMT para a compra de habitação permanente por parte de jovens até aos 35 anos ou destinada ao arrendamento para habitação de longa duração (com contrato igual ou superior a um ano) a jovens.

Levantamento exaustivo do património imobiliário camarário de cada município, de forma a identificar imóveis devolutos adequados à habitação, que possam ser colocados no mercado de arrendamento, depois de efetuada a necessária reabilitação, aumentando assim a oferta e tornando o mercado das rendas para habitação mais acessível.

Canalizar para a reabilitação de fogos destinados à habitação as receitas da venda do património disperso de propriedade camarária que não tenha como função a habitação.

Desenvolver programas municipais de reabilitação de edifícios e fogos devolutos, destinando as habitações reabilitadas para jovens através de rendas acessíveis/condicionadas.

Desenvolver linhas de financiamento bonificado para reabilitação urbana orientada para habitação própria ou arrendamento por parte de jovens.

CIDADANIA

No distrito de Lisboa, existem inúmeros projetos feitos por heróis e heroínas que dedicam o seu tempo, conhecimento e energia a levantar projetos impactantes a nível local que, da nossa parte, merecem agradecimento, incentivo e a promessa de tudo fazer para promover o associativismo e o voluntariado, ou seja, a Cidadania Ativa.

Em cada um dos Concelhos do nosso Distrito, existem projetos, associações, instituições e testemunhos que são inspiradores para quem, como nós, acredita no papel da Sociedade Civil, das organizações sociais e dos movimentos de cidadãos. Queremos uma participação ativa de todos na sociedade e, enquanto agentes políticos, pretendemos que as autoridades públicas adotem comportamentos, políticas e programas que valorizem, envolvam e incentivem os cidadãos a um maior envolvimento na comunidade.

O preço a pagar pela passividade cívica é uma sociedade mais pobre, e não apenas do ponto de vista económico, mas antes uma sociedade mais pobre de laços, de ligações afetivas, da entreatajuda mútua, do reforço da confiança entre as pessoas e no seio das comunidades. A exigência de que tudo fique a cargo do Estado porque “já pagamos impostos” é uma atitude que queremos ajudar a alterar, nomeadamente junto da nossa geração, a geração jovem.

Quando quem faz política valoriza a iniciativa dos cidadãos não o deve

fazer de acordo com uma conceção moralista ou com juízos éticos sobre os demais, mas antes no pressuposto da esperança e da firme convicção de que a cidadania ativa melhora as nossas comunidades e fortalece a nossa sociedade.

Imagine uma sociedade sem uma única associação. Imaginemos as freguesias, os concelhos, o país sem uma ONG, sem uma associação social, cultural, cívica, recreativa. É um retrato sombrio que, por ser tão inverosímil, nos faz crer na sua impossibilidade.

Na Cidadania, a JSD deve defender as seguintes causas nos órgãos autárquicos:

<p>Criação de Bancos de Voluntariado Municipais, de modo a desburocratizar processos e aproximar associações, instituições que necessitem de voluntários e cidadãos interessados em fazer voluntariado.</p>	<p>Promover a ligação entre empresas sediadas em cada concelho, as associações locais e municípios que vise o desenvolvimento de ecossistemas sociais, com particular ênfase em iniciativas de cariz social, educativo ou de prevenção na saúde.</p>	<p>Implementação de incentivos à colaboração entre instituições de ensino e organizações não governamentais (ONG), que visem maior colaboração e informação face a jovens estudantes que procuram projetos e iniciativas deste género para o seu desenvolvimento pessoal, académico e curricular.</p>
<p>Desenvolvimento de redes municipais de restaurantes e cantinas solidárias em parceria com associações, organizações e a autarquia, para aproveitamento de bens alimentares e disponibilização junto da população mais carenciada.</p>	<p>Criar o Observatório Social de cada município, com o objetivo de aceder de forma célere a informação atualizada, permitindo conhecer e caracterizar a realidade social do concelho, com particular incidência nas comunidades desfavorecidas.</p>	<p>Implementar o projeto "Orçamento Participativo", fomentando a participação cívica e um maior envolvimento dos cidadãos nos projetos do seu concelho.</p>

<p>Premiar o mérito através do Cartão de Cidadania, atribuindo pontos pela redução de consumo de água e gás, pela separação de resíduos, pelas horas de voluntariado, uso de transportes e redução da pegada de carbono. Esses pontos darão benefícios como entradas gratuitas em espetáculos e redução de tarifas.</p>	<p>Promover a realização das Assembleias Municipais ou de Freguesia nas escolas, durante o horário escolar, estimulando a participação dos alunos no período antes da ordem do dia, com o objetivo de aproximar o exercício da democracia local das instituições de ensino e dos jovens.</p>	<p>Criar bancos de horas municipais para jovens que pretendem partilhar conhecimento especializado com a comunidade (exemplo: explicações de matemática ou auxílio em ferramentas informática), disponibilizando parte do seu tempo. O objetivo é o de criar uma rede de partilha de serviços entre jovens em cada localidade.</p>
<p>Alargar o horário de atendimento dos serviços municipais até às 20h dois dias por semana.</p>	<p>Desenvolvimento de programas como o "Jovem Autarca" do Município de Santa Maria da Feira, de forma a permitir uma experiência autárquica aos jovens de cada concelho.</p>	<p>Publicar no website oficial de cada Município, de forma visível e de fácil acesso, toda a informação relevante para garantir os necessários níveis de transparência na atuação municipal.</p>
<p>Criação da figura do Provedor do Município.</p>		

SMART CITIES

Preparar cada um dos nossos concelhos para o futuro e torná-los concelho mais inteligentes, implica uma aposta na tecnologia e a sua colocação ao serviço da população. Esta abordagem à gestão dos municípios permite poupar o dinheiro dos contribuintes, maximizar os recursos, otimizar os serviços e aumentar a capacidade operacional, com melhores sistemas de iluminação pública, de gestão de resíduos e de sistemas de vigilância e segurança.

Para isso é fundamental a recolha, análise e cruzamento de dados, que permitem uma melhor resolução dos problemas. Aproximar mais as pessoas e gerir de forma inteligente os recursos disponíveis deve ser sempre o nosso objetivo. A JSD Distrital de Lisboa orgulha-se de ser uma das estruturas – ainda em reduzido número no panorama político nacional – que quer debater e pensar em soluções de organização e gestão inteligente das nossas cidades.

O desenvolvimento futuro, a nível mundial, estará nas cidades. Na Área Metropolitana de Lisboa, existem todas as condições para desenvolver as nossas áreas urbanas como Smart Cities, pelo que a aposta neste caminho deve ser uma opção de futuro. Queremos implementar o conceito de Smart Cities (Cidades Inteligentes, Competitivas e Sustentáveis), colocando a tecnologia ao serviço da gestão eficiente do território.

A organização mais inteligente, conectada e dinâmica das nossas

ciudades é um desafio presente e futuro que nenhum jovem pode, hoje, ignorar. A JSD Distrital de Lisboa também não ignora. As juventudes partidárias e, em especial a JSD, se querem ter uma palavra no desenvolvimento futuro das nossas comunidades não podem ignorar o potencial existente neste conceito de governação inteligente dos territórios.

Transformar cada concelho numa cidade inteligente, uma Smart City conectada, com rede WiFi municipal gratuita. Uma rede municipal gratuita tem hoje uma justificação económica clara, pelo aumento de eficiência e pelas novas formas de trabalho que potencia para a própria cidade, não necessariamente implicando um aumento de impostos municipais.

Para além de parcerias com fornecedores, as cidades mais avançadas apostaram em soluções de Smart City onde as infraestruturas (iluminação, semáforos, parquímetros) estão interligadas, as congestões de tráfego são monitorizadas e minimizadas em tempo real, os serviços de suporte aos munícipes funcionam permanentemente e com recurso a big data, a qualidade do ar é testada frequentemente, entre outros. O efeito de uma rede municipal gratuita é também claro para a promoção do empreendedorismo da zona coberta, sendo que as cidades mais inteligentes o usam como um fator diferenciador para captação de investimento.

Nas Smart Cities, a JSD deve defender as seguintes causas nos órgãos autárquicos:

<p>Desenvolvimento de soluções que permitam aos cidadãos comunicar diretamente com a autarquia para sugestões/rec-lamações sobre situações ocorrentes no espaço público, seguindo o exemplo do GeoEstrela da Freguesia da Estrela.</p>	<p>Desenvolvimento de uma App do Município, onde cada cidadão tem informação relevante para si (direitos e deveres) e informação útil do Concelho (agenda cultural, agenda desportiva, associações e organizações, etc.).</p>	<p>Desenvolvimento de Plataformas Online de Educação, com inúmeros recursos didáticos e recursos tecnológicos gratuitos, disponíveis para toda a comunidade escolar de cada concelho (pais, professores, educadores e alunos).</p>
<p>Sistema de rega inteligente que permitam poupança de água e ter os jardins e espaços públicos mais cuidados.</p>	<p>Melhor eficiência energética com iluminação inteligente (gestão da intensidade adequada à luminosidade do dia e substituição imediata de lâmpadas avariadas).</p>	<p>Colocação de sensores nos caixotes do lixo para organizar ao detalhe a velocidade e os ciclos de recolha que melhor beneficiem os municípios.</p>
<p>Instalação de sensores inteligentes dos níveis da poluição do ar, água e poluição sonora com vista ao controlo da qualidade da água e do ar.</p>	<p>Instalação de sensores de cheias nas zonas mais sensíveis de cada concelho.</p>	<p>Criação de redes municipais internas de cada Município para comunicações em caso de catástrofes.</p>

Otimização de tráfego e estacionamento em tempo real (semáforos inteligentes adaptados em função do fluxo de trânsito, estacionamento inteligente (monitorização de lugares de estacionamento vagos e disponibilização dessa informação ao público em tempo real através de uma App do Município, à semelhança do que já acontece em São Francisco de Chicago);

Criação de uma aplicação de rede de transportes pública com a partilha de informação de todos os operadores, permitindo calcular os tipos de serviços, tarifas, tempos de espera, melhores percursos, de forma a agilizar e melhorar o acesso aos transportes públicos, sendo desejável que esta aplicação possa funcionar no âmbito intermunicipal, dada a vertente metropolitana das deslocações das pessoas no Distrito de Lisboa.

Desenvolver ferramentas online de participação cívica e democrática de cada cidadão, onde possa sugerir causas, agregar vontades em torno de uma ideia, propor ideias para a sua cidade, sendo o Município o interlocutor, com recursos alocados para a gestão da ferramenta, análise dos contributos das pessoas, reportando e dando seguimento junto do Executivo municipal.

Desenvolvimento de Concurso de Ideias Municipais na área das Novas Tecnologias aplicadas à governação participada do município.

Contributos

Para a realização deste “Caderno Autárquico 2017-2021: Dedicção e Liderança nas Causas”, foram considerados os importantes contributos recolhidos junto:

- Das concelhias do Distrito de Lisboa: Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Odivelas, Sintra e Vila Franca de Xira.
- Do Coordenador Autárquico da JSD Distrital de Lisboa, Frederico Nunes.
- Dos membros da Comissão Política Distrital e dos membros dos gabinetes da Distrital de Lisboa da JSD.

